



OE2021

ORÇAMENTO DO ESTADO

[OE2021.GOV.PT](https://oe2021.gov.pt)



REPÚBLICA
PORTUGUESA

XXII GOVERNO

Um Orçamento
que **combate**
a pandemia,
protege
as pessoas
e **apoia**
a economia
e o emprego.

Um orçamento que combate a pandemia, com um reforço muito significativo dos recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde, um subsídio de risco para quem está na linha da frente do combate à COVID-19 e um plano de investimentos muito avultado nos cuidados de saúde primários, na rede de cuidados continuados integrados e na saúde mental.

Um orçamento que defende os rendimentos, através do aumento extraordinário das pensões mais baixas e de medidas fiscais que vão deixar cerca de 550 M€ no bolso das famílias em 2021, por via da redução da retenção na fonte dos salários, da redução do IVA da eletricidade e da devolução do IVA pago em despesas de restauração, alojamento e cultura.

Um orçamento que protege os que mais precisam, com um novo apoio social extraordinário que tem como valor de referência o limiar de pobreza (501 €), para quem perdeu o emprego ou teve uma quebra significativa na sua atividade. Que eleva, a título definitivo, o valor mínimo do subsídio de desemprego para um montante acima do limiar de pobreza, para quem tinha um emprego a tempo inteiro. E estende para 2021 o apoio extraordinário aos trabalhadores informais em situação de desproteção económica e social.

Um orçamento que apoia a economia e o emprego, não aumentando quaisquer impostos, eliminando o agravamento das tributações autónomas para as micro, pequenas e médias empresas que este ano tenham prejuízos e estimulando o consumo nos setores da restauração, alojamento e cultura. Os apoios públicos ficam condicionados à manutenção do atual nível de emprego nas grandes empresas com lucros. As políticas ativas de emprego vão ser reforçadas para os jovens e para os desempregados, para promover a empregabilidade das pessoas e novos empregos de qualidade. E os direitos dos trabalhadores ficam protegidos por uma moratória de 24 meses à caducidade das convenções coletivas de trabalho.

Um orçamento que cuida do futuro, coerente com os quatro grandes desafios estratégicos em que assenta o Programa de Governo. Para combater as alterações climáticas, vamos continuar a promover a utilização do transporte público, através dos passes sociais mais baratos e de um programa de expansão da oferta. Para responder ao desafio demográfico, vamos lançar um novo programa de investimento em equipamentos sociais da rede pública e do setor social, abrangendo respostas sociais nas áreas de apoio à infância, idosos e pessoas com deficiência. Para aproveitar as oportunidades da sociedade digital, vamos fazer uma aposta forte na digitalização das escolas. Para combater as desigualdades, vamos alargar a gratuitidade das creches a todas as crianças das famílias dos 1.º e 2.º escalões.

Prioridades

Defender os rendimentos

Um orçamento que defende o rendimento disponível dos portugueses

- O **salário mínimo nacional vai aumentar** em linha com o aumento médio dos últimos anos (mantendo-se a meta de 750 € em 2023).
- Os pensionistas que recebem até 1,5 IAS (658 €) vão ter, a partir de agosto de 2021, **um aumento extraordinário de 10 €** (ou 6 €, caso as respetivas pensões tenham sido atualizadas entre 2011 e 2015).
- As **taxas de retenção na fonte de IRS vão baixar**, garantindo assim às famílias portuguesas uma liquidez adicional de 200 M€ durante o ano de 2021.
- A **taxa de IVA aplicável à eletricidade vai baixar** para consumos até 100 kWh (ou 150 kWh, no caso de famílias numerosas), permitindo às famílias poupar cerca de 150 M€ com consumos sustentáveis.
- O **IVA pago em despesas de restauração, alojamento e cultura** (cerca de 200 M€) **vai ser devolvido aos consumidores** através de um crédito fiscal em vouchers para gastar nesses mesmos setores.

- A **massa salarial na Administração Pública vai subir** cerca de 3% em 2021, em resultado de progressões, promoções, atualizações e novas contratações.
- A **creche vai ser gratuita** para todos os filhos das famílias no 1.º e 2.º escalões de rendimentos da comparticipação familiar.
- Por força de medidas como os **novos passes sociais ou a gratuidade dos manuais escolares, que se mantêm em 2021**, muitas famílias terão um alívio nos seus encargos fixos e, conseqüentemente, um maior rendimento disponível.

Proteger quem trabalha

Um orçamento que protege os trabalhadores

- Vai ser criado um **apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores**, tendo como valor de referência o limiar de pobreza (501 €), para quem perdeu o emprego ou teve uma quebra significativa na sua atividade. Este apoio extraordinário, com um valor global de 450 M€, estará sujeito a condição de recursos (sem considerar a habitação própria e permanente), abrangendo:
 - trabalhadores por conta de outrem (incluindo trabalhadores domésticos e trabalhadores independentes economicamente dependentes) que tenham ficado sem emprego e não tenham acesso a uma prestação de desemprego ou esta tenha chegado ao fim;

- trabalhadores independentes que tenham tido uma quebra de rendimentos de pelo menos 40%.
- O **valor mínimo do subsídio de desemprego vai ser majorado** para um montante acima do limiar de pobreza, a título definitivo, para os trabalhadores que recebiam pelo menos o salário mínimo.
- Os **trabalhadores com subsídio social de desemprego vão receber um complemento correspondente** ao valor da diferença para o novo apoio extraordinário.
- O **apoio extraordinário** para trabalhadores informais em situação de desproteção económica e social, aprovado no Orçamento Suplementar, **vai ser prolongado** para 2021.
- Vai ser concretizado o **suplemento de insalubridade e penosidade** para os trabalhadores em funções públicas nas autarquias locais nos setores da higiene urbana e saneamento.
- As grandes empresas que tenham lucros em 2020 **deverão manter, ao longo de 2021, o mesmo nível de emprego que têm atualmente**, sob pena de perderem acesso a incentivos fiscais e às linhas de crédito com garantia pública.
- Vai ser estabelecida uma **moratória geral, por 24 meses, à caducidade das convenções coletivas de trabalho**, abrangendo cerca de 400 acordos coletivos e perto de 3 milhões de trabalhadores, que assim manterão os seus direitos laborais intactos durante os próximos dois anos.

- Vão ser **contratados mais 60 inspetores** para reforçar a capacidade de fiscalização da Autoridade para as Condições do Trabalho.
- As **políticas ativas de emprego e de formação profissional vão ser reforçadas**, incluindo apoios adicionais à contratação, nomeadamente de jovens e para PMEs.

Reforçar a saúde

Um orçamento que combate a pandemia

- Vão ser **contratados mais 4200 profissionais** de saúde para os hospitais e centros de saúde, permitindo assim cumprir o compromisso de reforçar os recursos humanos do SNS em 8400 profissionais nos anos de 2020 e 2021.
- O INEM vai ser reforçado com mais **260 profissionais**.
- Vai ser criado um **subsídio extraordinário de risco para os profissionais de saúde** que se encontram na linha da frente da resposta à COVID-19, no valor de 20% do salário base (até ao máximo de 219 €).
- Vai ser **dispensado o pagamento de taxas moderadoras** em exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos no âmbito dos cuidados de saúde primários.
- O **investimento nos cuidados de saúde primários vai aumentar** muito significativamente para 90 M€ em 2021.

- Vai ser **alargada a rede de cuidados continuados integrados**, com um investimento de 27 M€ em 2021.
- O **Programa de Saúde Mental** vai ser reforçado com 19 M€ em 2021.
- Vai iniciar-se a construção do **novo Hospital Central do Alentejo** e ser lançado o concurso para a construção do **novo Hospital de Proximidade do Seixal**, entre outros investimentos em curso.

Desafios Estratégicos

Alterações climáticas

Um orçamento que favorece a transição climática

- A **taxa de IVA aplicável à eletricidade vai baixar** para consumos até 100 kWh (ou 150 kWh, no caso de famílias numerosas), permitindo às famílias poupar cerca de 150 M€ com consumos sustentáveis.
- Continuarão a ser **eliminados faseadamente os benefícios fiscais prejudiciais ao ambiente**, como a isenção de ISP na produção de eletricidade a partir de combustíveis fósseis, prosseguindo a política iniciada na anterior legislatura.
- Vão ser aplicados **198 M€ no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)** nos transportes públicos em todo o território nacional, dos quais 60 M€ (e, em caso de necessidade, mais 30 M€) destinam-se a reforçar os níveis de oferta como resposta à crise pandémica e à consequente necessidade de distanciamento social. O PART permite, segundo a opção da cada Comunidade Intermunicipal, uma redução do preço dos passes, a criação de passes família e a gratuitidade do transporte para menores de 12 anos. Este é um esforço que se enquadra com os critérios ambientais de descarbonização da economia e, em particular, de mobilidade sustentável.
- O **Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (ProTransP) vai ser reforçado em 15 M€**, provenientes da eliminação gradual das isenções

fiscais sobre os combustíveis fósseis utilizados na produção de eletricidade, com vista à melhoria da oferta de transportes públicos.

- Os **biocombustíveis avançados e os gases de origem renovável** vão ficar isentos de imposto sobre os produtos petrolíferos.

Demografia

Um orçamento que promove a sustentabilidade demográfica

- Vai ser lançado um programa de **investimento para alargamento e requalificação dos equipamentos sociais da rede pública e do setor social**, abrangendo respostas sociais nas áreas de apoio à infância, idosos e pessoas com deficiência. Este programa contará em 2021 com uma verba de 69 M€.
- A **creche vai ser gratuita** para todos os filhos das famílias no 1.º e 2.º escalões de rendimentos da participação familiar.
- Vão ser **reforçadas as políticas públicas de habitação**, designadamente com a consignação ao IHRU de 10 M€ da tributação sobre o alojamento local.
- Vai ser lançado um programa de **investimento em infraestruturas de habitação**, de pelo menos 10 M€, para garantir condições habitacionais dignas aos profissionais deslocados das forças e serviços de segurança.

Sociedade digital

Um orçamento que potencia a transição digital

- Vão ser aplicados **400 M€ no programa de digitalização das escolas**.
- A **restituição aos centros de investigação do IVA pago** na aquisição de instrumentos, equipamentos e reagentes destinados à atividade de I&D vai ser alargado também às instituições de ensino superior.
- Vão ser introduzidos aperfeiçoamentos no sistema de **incentivos fiscais ao investimento empresarial em I&D (SIFIDE)**.
- O **orçamento dedicado à Cultura vai ter um aumento de 11%, atingindo assim 1,82% da despesa discricionária do Estado** (perto da meta de 2% fixada para a legislatura).

Desigualdades

Um orçamento que combate as desigualdades

- Vai ser criado **um apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores**, tendo como valor de referência o limiar de pobreza (501 €), para quem perdeu o emprego ou teve uma quebra significativa na sua atividade.
- O **apoio extraordinário para trabalhadores informais** em situação de desproteção económica e social, aprovado no Orçamento Suplementar, vai ser prolongado para 2021.
- A **creche vai ser gratuita** para todos os filhos das famílias no 1.º e 2.º escalões de rendimentos da comparticipação familiar.
- Vai ser **dispensado o pagamento de taxas moderadoras** em exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos no âmbito dos cuidados de saúde primários.
- No ensino superior, o **valor das bolsas ultrapassará o custo das propinas**, o número de bolseiros vai aumentar e o valor do complemento de alojamento vai subir, refletindo um crescimento de 27% no orçamento dedicado à ação social escolar.
- As escolas públicas vão contar com **mais 5.000 assistentes operacionais** (500 desde o início do ano letivo + 1500 contratados, a título temporário, para responder à pandemia + 3000 contratados, a título definitivo, no

âmbito da revisão da portaria de ratios), distribuídos de acordo com as características de cada comunidade educativa e com especial atenção ao acompanhamento dos alunos da educação inclusiva.

- Vai ser **alterado o sistema de descontos nas taxas de portagens das ex-Scut**, sobretudo nos territórios do interior, promovendo a coesão territorial, a redução de assimetrias e a aproximação das populações.

Destinatários

Famílias

Um orçamento a pensar nas famílias

- A **creche vai ser gratuita** para todos os filhos das famílias no 1.º e 2.º escalões de rendimentos da comparticipação familiar.
- Vai ser lançado um **programa de investimento para alargamento e requalificação dos equipamentos sociais da rede pública e do setor social**, abrangendo respostas sociais nas áreas de apoio à infância, idosos e pessoas com deficiência. Este programa contará em 2021 com uma verba de 69 M€.
- As **taxas de retenção na fonte de IRS vão baixar**, garantindo assim às famílias portuguesas uma liquidez adicional de 200 M€ durante o ano de 2021.
- A taxa de IVA aplicável à eletricidade vai baixar para consumos até 100 kWh (ou 150 kWh, no caso de famílias numerosas), permitindo às famílias poupar cerca de 150 M€ com consumos sustentáveis.
- Os pensionistas que recebem até 1,5 IAS (658 €) vão ter, a partir de agosto de 2021, um **aumento extraordinário de 10 €** (ou 6 €, caso as respetivas pensões tenham sido atualizadas entre 2011 e 2015).

- Vai ser **dispensado o pagamento de taxas moderadoras** em exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos no âmbito dos cuidados de saúde primários.
- Vai ser **possível deduzir no IRS o montante do IVA pago nas despesas com ginásios**.

Trabalhadores

Um orçamento que protege os trabalhadores

- O **salário mínimo nacional vai aumentar** em linha com o aumento médio dos últimos anos (mantendo-se a meta de 750 € em 2023).
- Vai ser **criado um apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores**, tendo como valor de referência o limiar de pobreza (501 €), para quem perdeu o emprego ou teve uma quebra significativa na sua atividade.
- O **valor mínimo do subsídio de desemprego vai ser majorado** para um montante acima do limiar de pobreza, a título definitivo, para os trabalhadores que recebiam pelo menos o salário mínimo.
- Os **trabalhadores com subsídio social de desemprego vão receber um complemento** correspondente ao valor da diferença para o novo apoio extraordinário.
- As **grandes empresas que tenham lucros em 2020 deverão manter ao longo de 2021 o mesmo nível de emprego que**

têm atualmente, sob pena de perderem acesso a incentivos fiscais e às linhas de crédito com garantia pública.

- Vai ser estabelecida uma **moratória geral, por 24 meses, à caducidade das convenções coletivas de trabalho**, abrangendo cerca de 400 acordos coletivos e perto de 3 milhões de trabalhadores, que assim manterão os seus direitos laborais intactos durante os próximos dois anos.
- Vai ser criado um **subsídio extraordinário de risco** para os profissionais de saúde que se encontram na linha da frente da resposta à COVID-19, no valor de 20% do salário base (até ao máximo de 219 €).
- Vai ser concretizado o **suplemento de insalubridade e penosidade** para os trabalhadores em funções públicas nos setores da higiene urbana e saneamento.

Empresas

Um orçamento amigo das empresas e que promove a competitividade da economia

- Os **impostos não vão ser aumentados**, permanecendo todas as taxas de imposto inalteradas e não havendo qualquer atualização dos impostos indiretos.
- Vai ser **eliminado o agravamento das tributações autónomas para as micro, pequenas e médias empresas**

que habitualmente não tinham prejuízos e passaram a tê-los por força da pandemia.

- Vai ser criado o **programa IVAucher** para estimular o consumo nos setores da restauração, alojamento e cultura através da devolução do IVA pago nesses mesmos setores.
- O **Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento** continua em vigor no primeiro semestre de 2021, permitindo às empresas deduzir à coleta de IRC o correspondente a 20% das suas despesas de investimento até ao limite de 5 M€.
- Vai ser criado um **incentivo fiscal às ações de internacionalização por parte de PMEs**.
- O **mecenato cultural vai ser majorado** para investimentos no património cultural e museológico, em especial no interior, e vai poder beneficiar entidades com carácter lucrativo que se dediquem a atividades culturais.
- Vai ser **eliminado o imposto sobre as mais valias de um imóvel pela transferência entre o património pessoal e a afetação a uma atividade comercial**, com particular relevância para as situações de alteração de uso de imóveis afetos ao alojamento local.
- Vão ser lançadas **novas linhas de crédito com garantia pública**.



OE2021

ORÇAMENTO DO ESTADO

[OE2021.GOV.PT](https://oe2021.gov.pt)



REPÚBLICA
PORTUGUESA

XXII GOVERNO